

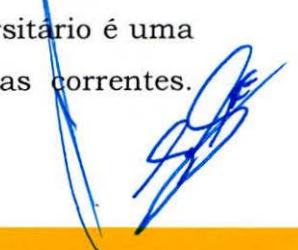


**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA DEMONSTRAÇÃO E
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO
DE POMPEIA, ESTADO DE SÃO PAULO, REFERENTE AO SEGUNDO
QUADRIMESTRE DE 2023.**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e dez minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Pompeia, Estado de São Paulo, realizou-se a Audiência Pública para demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do município, transmitida ao vivo pelo seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=4-ULqBeF7ic&t=11s>, referente ao **SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023** (dois mil e vinte e três), conforme **convocação publicada no Jornal “DIÁRIO” no dia 08/09/2023**. O Vereador, Rodolfo Filgueira Marino, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, iniciou a Audiência. Foi verificada a presença dos Senhor, Waldemar Merencio da Silva Neto; do Presidente da Câmara, Vereador Jorge Luís Chicarelli Martin; dos Vereadores Plínio José Arf Leal, Vanderlei Ribeiro dos Santos e Rogério Teixeira Barbosa; dos servidores da Prefeitura Municipal: Érica Lucia Oliveira Vasconcelos, Analista de Planejamento, Cíntia Sanae Matsuo, Diretor II da Secretaria de Compras, e das servidoras da Câmara Municipal: Elaine Cristina da Silva Salvador, Chefe de Gabinete da Presidência, Denise Batista de Souza, Contadora Legislativa, Francielle Costa e Silva, Assessora Parlamentar, Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto, Auxiliar Legislativo I, e Juliana Zanquetin da Silva Chicarelli, Diretora de Secretaria. O Sr. Paulo deu início a Audiência Pública, explanando sobre a exigência do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de dois mil e vinte três. Expôs os números executados de janeiro à agosto referente ao orçamento do Município de Pompeia. Foi apresentado o quadro da Receita Orçamentária demonstrando os números da Receita Orçada no valor de R\$ 153.887,22. Citou que a Receita prevista representava para o segundo quadrimestre um valor de R\$ 102.567.732,96, e a Receita arrecadada



foi de R\$ 97.633.643,91, havendo uma arrecadação de R\$ 4.934.089,05, menor do que o previsto. O Sr. Paulo explicou que a arrecadação não está caindo, porém, estava previsto no Orçamento de dois mil e vinte três um valor maior nos repasses dos Governos Estadual e Federal, exaltou que as despesas do exercício aumentaram devido à inflação em diversos itens, como combustível, remédios e outros. Citou que se comparado com dois mil e vinte dois, no mesmo período foi arrecado um valor maior que o de dois mil e vinte três. Dando continuidade apresentou o quadro das Despesas, esclarecendo que esse quadro seria do Município e não Orçamento somente da Prefeitura. Demostrou os gastos com Encargos Sociais de Pessoal no valor de R\$ 42.567.602,02, juros e encargos da dívida no valor de R\$ 1.582.742,55, outras despesas correntes, que são as despesas variáveis da manutenção da máquina administrativa no valor de R\$ 52.539.335,90, amortização da dívida no valor de R\$ 1.542.800,00, investimento no valor de R\$ 8.747.855,76, totalizando um montante de R\$ 106.980.342,63, empenhado no período de janeiro a agosto de dois mil e vinte três. O Vereador Rodolfo Filgueira Marino, usando da palavra perguntou se esses juros e encargos da dívida no valor de R\$ 1.582.742,55 demonstrado no quadro refere-se ao segundo quadrimestre, sendo esclarecido pelo Sr. Paulo que é o acumulado de janeiro a agosto que o município paga para Caixa Econômica Federal referente a "INSS". O Vereador Rodolfo ainda questionou a questão da amortização da dívida, sendo respondido que segue o mesmo raciocínio, é o pagamento do principal. O Vereador Rodolfo perguntou se não conseguiu pagar tudo, sendo respondido que o parcelamento com o FINISA são seis contratos que atingiu R\$ 15.000.000,00, com dois anos de carência para começar a pagar, e o saldo devedor foi dividido em noventa e seis vezes. O Vereador Jorge Luís Chicarelli Martin perguntou se a amortização da dívida é menor que o pagamento dos juros, sendo respondido que o pagamento é realizado todo dia dezenove de cada mês, e o juro sempre é maior do que o valor do principal. O Vereador Vanderlei Ribeiro dos Santos, usando da palavra perguntou se dentro desses investimentos, no valor de R\$ 8.747.855,76, está incluso o transporte universitário, o Sr. Paulo disse que não, pois o transporte universitário é uma despesa de custeio, que estaria embutida nas outras despesas correntes.





Continuou demonstrando no quadro valores das Despesas Liquidadas por Função de Governo. O Vereador Jorge Luís Chicarelli Martin, perguntou a que se refere a rubrica de desporto e lazer no valor de R\$ 1.624.978,90, sendo respondido pelo Sr. Paulo que dentro do orçamento temos o desporto, lazer e turismo, toda manutenção, pagamento de funcionários e encargos, acrescentou que jogos realizados no município, projeto judô, academia vida, são despesas empenhadas nessa rubrica. Continuando, apresentou o quadro da Receita arrecadada e Despesa Liquidada, apresentando um déficit de R\$ 5.842.295,46, explicando que o déficit não seria somente da prefeitura e sim do município, O Vereador Rogério Teixeira Barbosa, perguntou se esse R\$ 5.842.295,46, é déficit somente do DHS, sendo respondido pelo Sr. Paulo que não, mas que a grande parte seria do DHS. O Vereador Rodolfo Filgueira Marino, perguntou se existe um percentual da dívida de cada um, sendo respondido pelo Sr. Paulo que não tem, porem se eles solicitassem para Prefeita, poderia ser feito esse levantamento. O Vereador Rogério Teixeira Barbosa expôs que neste mesmo quadro foi apresentada uma Receita arrecadada de R\$ 97.633.643,91, e uma Despesa Liquidada de R\$ 103.475.939,37, questionando se essa diferença é o superavit de R\$ 6.000.000,00 do ano passado, o Sr. Paulo respondeu que sim, e que a prefeitura usou esse recurso financeiro para cobrir parte dessas despesas. Passando para quadro da Educação, o Contador Sr. Paulo explicou que as Receitas que compõem a obrigatoriedade do Ensino, foi de R\$ 81.597.220,61, e que os 25% obrigatório seria de R\$ 20.399.305,15, acrescentou que o valor aplicado foi de R\$ 24.099.172,34, empenhando 4,53% a mais do preconizado. Citou que a Receita aplicada no FUNDEB, teria que aplicar R\$ 6.201.516,97, sendo aplicado R\$ 7.989.442,31, com um montante de 20,18% a mais, referente ao preconizado que seria 70% da Receita de R\$ 8.859.309,95. No Quadro da Saúde, demonstrou que a Receita foi R\$ 80.391.677,74, e que os 15% obrigatórios correspondem a R\$ 12.058.751,66, no entanto foram aplicados R\$ 28.095.619,08, ou seja, 19,95% a mais do preconizado. O vereador Jorge Luís Chicarelli Martin, usando da palavra, explanou sobre a Lei nº 54/2023, que foi aprovada na última sessão, que autorizava transferência de R\$ 3.500.00,00 para o DHS, passando de R\$



30.000.000,00 para R\$ 33.500.000,00, perguntado ao Sr. Paulo se a rubrica remanejada era do Desporto e Lazer, e que se o Orçamento que estava prevista para os shows, foi para o DHS, sendo respondido pelo Sr. Paulo que sim. O Vereador, Rodolfo Filgueira Marino, usando da palavra, disse para não restar dúvida quanto a valores, nos quadros anteriores a Receita total arrecadada até o segundo quadrimestre totalizou R\$ 97.633.643,91, questionando por que no Quadro da Saúde a Receita só constou os R\$ 80.391.677,14, sendo respondido pelo Sr. Paulo que a Receita Arrecada do município não contempla para efeito de cálculo da Saúde e da Educação, pois existe outras Receitas como transporte de alunos do Estado, Receita de Merenda Estadual e Federal, Receita de Convênios, e que essas Receitas não compõem para apuração, somente as Receitas Tributária são apuradas para o cálculo da Saúde e Educação. Passando para o Quadro de Despesa com Pessoal, o Sr. Paulo demonstrou que o Quadro de Despesa com Pessoal, a Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses do município está em R\$ 142.757.858,65, onde o Limite Legal de 54% seria de R\$ 85.654.715,19, e o Limite Prudencial de R\$ 81.371.979,43, foram gastos R\$ 63.477.342,63, perfazendo o percentual de 44,46%. O vereador Rogério Teixeira Barbosa usando da palavra, perguntou se esse é o acumulado dos últimos doze meses e tinha o levantamento do segundo quadrimestre do exercício, pois os últimos dois meses podem influenciar no resultado. O Sr. Paulo citou que podemos levantar, desde que façam o pedido formal para Prefeita Municipal. Passando para o Quadro de Restos a Pagar, informou que temos saldo pendente, pois são contratos em vigência que não foram concluídos, basicamente esses são os números que retrata a execução dos últimos oitos meses do orçamento do município comparando sua Receita Arrecada e Despesa realizada, expondo estar à disposição para qualquer esclarecimento. O vereador Rogério Teixeira Barbosa citou que temos aqui uma Receita orçada de R\$ 153.887.000,22 e uma Receita Arrecadada de R\$ 97.633.643,91, questionando o Contador se ele acha que atingiremos. O Sr. Paulo respondeu que não, pois estamos arrecadando menos do que o previsto do ICMS e do FPM. O vereador Rogério Teixeira Barbosa, acrescentou que disse isso porque para dois mil e vinte quatro o Orçamento está indo para aproximadamente R\$ 171.392.900,00,



sendo respondido pelo Sr. Paulo que a uma expectativa no aumento da Arrecadação para dois mil e vinte quatro, além da inflação e da arrecadação do imposto de renda retido na fonte, que agora é feita direto para o município e a compensação da alíquota tributária sobre o imposto de combustível estabelecido pelo Governo federal. Encerrando o Sr. Paulo Roberto Gumieiro, Contador, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, e, para constar, eu, Érica Lucia Oliveira Vasconcelos, Analista de Planejamento, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, será assinada pelos Senhor Diretor de Finanças e Planejamento, pelos Senhores Vereadores Membro da Comissão de Finanças e Orçamento e por mim subscrita.



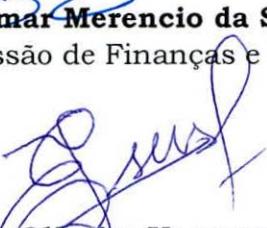
Paulo Roberto Gumieiro
Diretor de Finanças e Planejamento



Vereador Rodolfo Filgueira Marino
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Vereador Waldemar Merencio da Silva Neto
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



Érica Lúcia Oliveira Vasconcelos
Analista de Planejamento